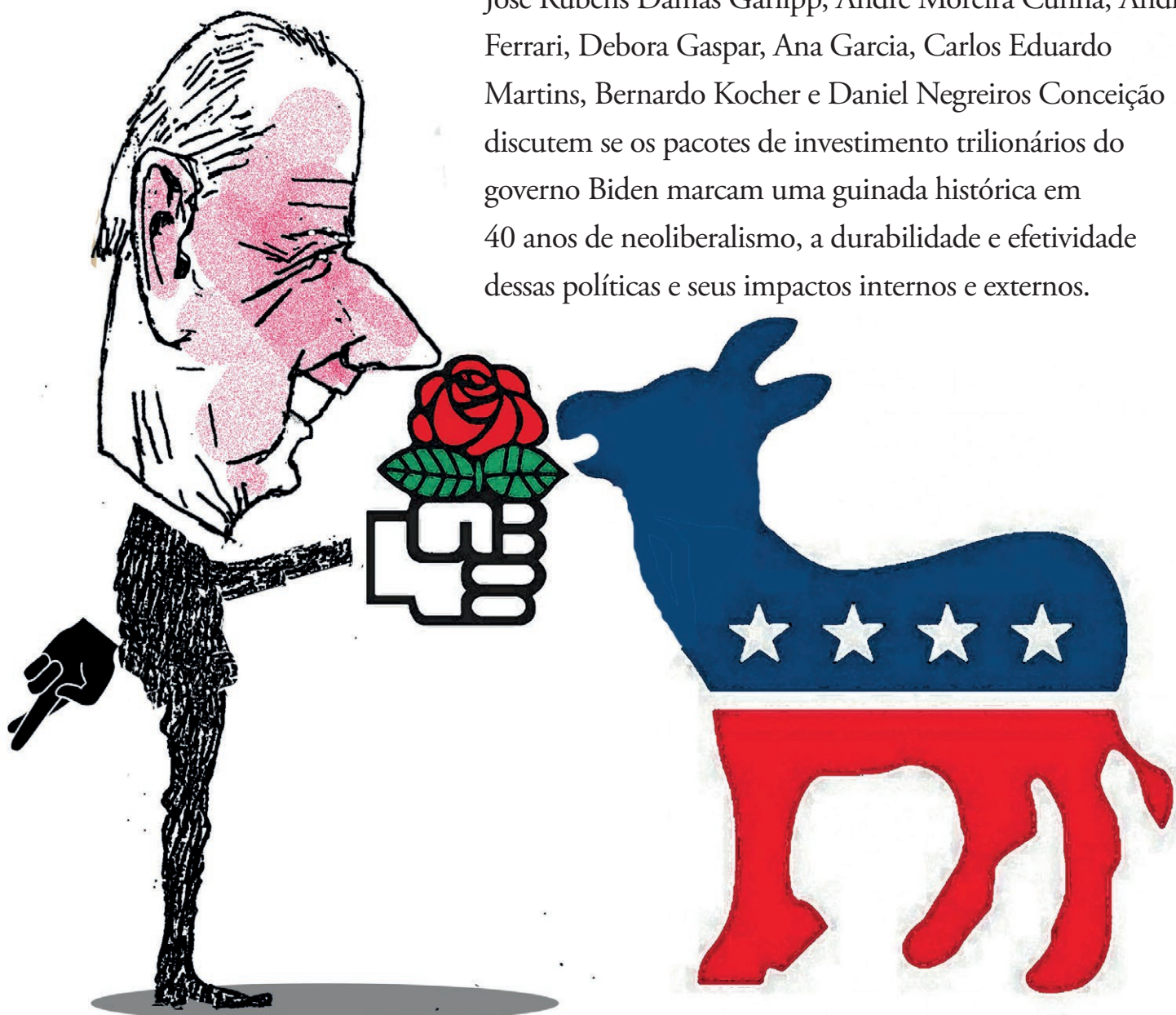


Falta de Consenso em Washington

José Rubens Damas Garlipp, André Moreira Cunha, Andrés Ferrari, Debora Gaspar, Ana Garcia, Carlos Eduardo Martins, Bernardo Kocher e Daniel Negreiros Conceição discutem se os pacotes de investimento trilionários do governo Biden marcam uma guinada histórica em 40 anos de neoliberalismo, a durabilidade e efetividade dessas políticas e seus impactos internos e externos.



Fim ou inflexão temporária do neoliberalismo?

As ações de inspiração rooseveltiana no início da administração Joe Biden decretam o fim da hegemonia do receituário econômico implementado na gestão de Ronald Reagan e sistematizado no Consenso de Washington ou entrarão para a história como uma tentativa fracassada de rompimento com o neoliberalismo?

José Rubens Garlipp, do Ieri/UFU, destaca que Biden propôs três planos para tratar da fome, miséria, perdas salariais, desemprego, empobrecimento, desproteção social, injustiça racial e econômica, investimentos, infraestrutura, desafios energéticos, mudanças climáticas, defasagem tecnológica e perda de influência dos EUA. Mas isso não autoriza que seja decretada a ruptura definitiva com o neoliberalismo.

André Cunha e Andrés Ferrari, da UFRGS, julgam que a “grande revolução” de Biden apenas tenta mitigar estragos produzidos por 40 anos de governos dos ricos para os ricos. A inação estatal na infraestrutura física e social tornou-se um obstáculo para a liderança global dos EUA. Acusado de socialista, Biden quer renovar o capitalismo estadunidense para conter a China.

Debora Gaspar, da UFRRJ, e Ana Garcia, da PUC-Rio, defendem que a expansão de gastos públicos, investimentos “verdes”, enfrentamento à pandemia e vacinação maciça, combinada à flexibilização das patentes, elevação do imposto corporativo global e negociações multilaterais sobre clima dos primeiros 100 dias do governo Biden terão efeitos mundiais positivos.

Carlos Eduardo Martins, da UFRJ, avalia que Biden optou por um programa keynesiano distributivista para deter o avanço neofascista interno e a decadência mundial dos EUA. Resta saber se conseguirá restabelecer o pacto social ou se agudizará a luta de classes interna, debilitará o dólar e provocará uma explosão inflacionária ou da dívida pública.

Bernardo Kocher, da UFF, acredita que o “keynesianismo sanitário” de Biden tem um *timing* de funcionamento. Após alcançar os objetivos de recuperação econômica e permitir que os EUA enfrentem a megaconcorrência externa e o fascismo interno, a tendência é de um retrocesso ao mercado autorregulado.

Daniel Conceição, do Ippur/UFRRJ, afirma que o Plano Biden serve de receita para o Brasil, que pode dimensionar seu programa de reconstrução sem se preocupar com fontes de financiamento e aumento da dívida. O limite relevante é o inflacionário, que no Brasil deve ser identificado com atenção ao câmbio.

O artigo do Fórum avalia o impacto das políticas públicas nos dados de violência infantojuvenil no Rio, por meio da análise do Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA).

Governo Biden	3
America, where are you now?	
<i>José Rubens Damas Garlipp</i>	
Governo Biden	4
Os planos de Biden: por que reformar agora?	
<i>André Moreira Cunha e Andrés Ferrari</i>	
Governo Biden	6
Os 100 primeiros dias do governo Biden: consequências e articulações globais	
<i>Debora Gaspar e Ana Garcia</i>	
Governo Biden	8
Joe Biden e a renovação da velha social-democracia no século XXI	
<i>Carlos Eduardo Martins</i>	
Governo Biden	10
Bidenomics: um novo estado de bem-estar social?	
<i>Bernardo Kocher</i>	
Governo Biden	12
Plano Biden: parece imposto e dívida, mas é só moeda	
<i>Daniel Negreiros Conceição</i>	
Fórum Popular do Orçamento	14
Por um orçamento em defesa da criança e do adolescente	
Corecon-RJ e Ilep organizam seminários “O Brasil de nosso tempo”	16
Curso online de Perícia Judicial Econômica começa em junho	16

O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, veiculado de segunda a sexta de 8h às 10h na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz. Você também pode ouvir os programas pelos sites www.aepet.org.br/radioaovivo.html e www.programafaixaivre.com.br, canal no Youtube, Facebook, Instagram, podcast no Spotify, Deezer, Castbox e SoundCloud e aplicativo gratuito.

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Marcelo Pereira Fernandes, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes e Fernando Machado. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro - RJ - Centro - Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 - Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2021-2023) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Fernando D'Angelo Machado - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallak Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2021-2023) Cesar Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Cliciano do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 - salas 1607 a 1609 - Rio de Janeiro - RJ - Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato - 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva. **Coordenação de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes. **Coordenação de Divulgação Administração e Finanças:** André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos. **Conselho Fiscal:** Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

America, where are you now?

José Rubens Damas Garlipp*

A pandemia da Covid-19 explicitou a mais severa das comorbidades: o funcionamento devastador de um capitalismo contemporâneo globalizado, financeirizado e precarizador. Em se tratando de uma crise multifacética, cuja dimensão econômica se revela pela depressão e cuja dimensão sanitária requer mais do que os países se mostraram preparados para prover, não é de causar surpresa que os desafios requeiram expressivos gastos públicos emergenciais. E, em contraponto ao receituário *mainstream* (centrado em austeridade fiscal e ojeriza ao déficit público), que as economias tenham acionado o arcabouço de políticas macroeconômicas anticíclicas, sem dúvida necessárias para enfrentar a gravidade de uma crise que desencadeou abrupta desvalorização dos preços dos ativos, crescente ruptura dos mecanismos de mercado e desarranjo entre demanda e oferta das cadeias produtivas globais, além do aprofundamento das já deploráveis desigualdades sociais.

É preciso, no entanto, ir além do gasto público emergencial e das políticas de curto prazo. São ações necessárias, mas insuficientes, uma vez que o conjunto de correções provisórias concebidas para gerir crises no curto prazo entra em colapso sob o peso dos desastres diários produzidos por uma ordem social em profunda instabilidade e anomia, a qual, no caso dos Estados Unidos, é agravada pela catastrófica gestão Trump. Nesse sentido, é justificável a boa acolhida que as iniciativas deste início do governo Biden têm recebido por parte de analistas críticos da ortodoxia.

Apoiado em sua estratégia para o enfrentamento à Covid-19 (*National Strategy for the Covid-19 Response and Pandemic Preparedness*), assentada em sete princípios, entre os quais a expansão dos testes e rastreamento, a ampliação acelerada da vacinação em massa e a restauração da liderança global dos Estados Unidos, Biden propôs três Planos. Por meio deles visa a enfrentar, simultânea e articuladamente, a fome, a miséria, as perdas salariais, o desemprego, o empobrecimento, a desproteção social, a injustiça racial e econômica, os investimentos, a reconstrução da infraestrutura, os desafios energéticos, as mudanças climáticas, a defasagem tecnológica e a perda de influência dos Estados Unidos no comércio mundial. Conjuntamente, o Plano de Resgate (*American Rescue Plan*), o Plano de Emprego (*American Jobs Plan*) e o Plano para as famílias (*American Families Plan*) perfazem um dispêndio de cerca de 5 trilhões de dólares ao longo de uma década. Também propôs alterações tributárias via aumento de impostos sobre os ganhos de capital e para as grandes corporações.

Alguns analistas interpretam tais iniciativas de Biden como expressão do fim de um ciclo de hegemonia neoliberal, como o alvorecer de uma nova era, e o comparam a Roosevelt. Há, certamente, inspiração na estratégia rooseveltiana para recuperar a economia e fortalecer os Estados Unidos. No governo de Franklin Delano Roosevelt, o *New Deal* contemplou um conjunto de programas econômicos e sociais, entre 1933 e 1937, em plena Grande Depressão. Além do controle da emissão de moedas, paralelamente à desvalorização

do dólar, fiscalização e controle das atividades de bancos e outras instituições financeiras e econômicas, foram deflagrados vultosos investimentos em obras públicas de infraestrutura para a geração de novos empregos; subsídios e empréstimos aos pequenos produtores; controle da produção e dos preços agrícolas e industriais; redução da jornada de trabalho; adoção do salário mínimo, seguro desemprego e seguro aposentadoria. Com o *New Deal* foram estabelecidas as bases para a hegemonia americana, consolidada com a Segunda Guerra Mundial e pelos sistemas de Bretton Woods. O cuidado para evitar anacronismos recomenda considerar que houve profundas mudanças de contexto histórico, de Roosevelt a Biden, é claro. Mas o que está em jogo, lá como cá, é o posicionamento hegemônico dos Estados Unidos, mas agora no contexto da competição geopolítica com a Rússia e, principalmente, com a China, na disputa pela hegemonia e pelo poder mundial.

É válido, pois, reconhecer que as iniciativas de Biden apontam para importantes mudanças, inclusive na forma como o papel do Estado é concebido. De outra parte, isso não autoriza que seja decretada a ruptura definitiva com o neoliberalismo, o qual não se circunscreve a políticas econômicas “neoliberais”. O neoliberalismo, vale notar, é antes a expressão de um contundente projeto sociopolítico que, para além de uma resposta conjuntural no capitalismo contemporâneo, aspira prolongar-se no tempo e nos espaços sociais, com a pretensão de atravessar o conjunto social como um todo.

Vale notar, também, que não



há incompatibilidade entre as iniciativas do governo Biden e o projeto hegemônico e de poder imperial dos Estados Unidos no mundo. Há, sim, a continuidade – ainda que fragilizada – do “liberal-cosmopolitismo globalitário” patrocinado desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Ocorre, no entanto, que os Estados Unidos já não dispõem do monopólio do controle das instituições e da arbitragem militar dos conflitos mundiais, havendo que considerar, é verdade, os novos desafios impostos pelo expressivo poder militar russo atual e por uma rivalidade tecnológica hoje marcada pela interdependência das cadeias produtivas das economias ocidentais e da China em ascensão.

Enfim, aos Estados Unidos interessa virar rapidamente a página da pandemia, estabelecer as bases para a superação da crise e acelerar a retomada da trajetória do seu autodeclarado Destino Manifesto.

* É professor titular do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (Ieri/UFU).

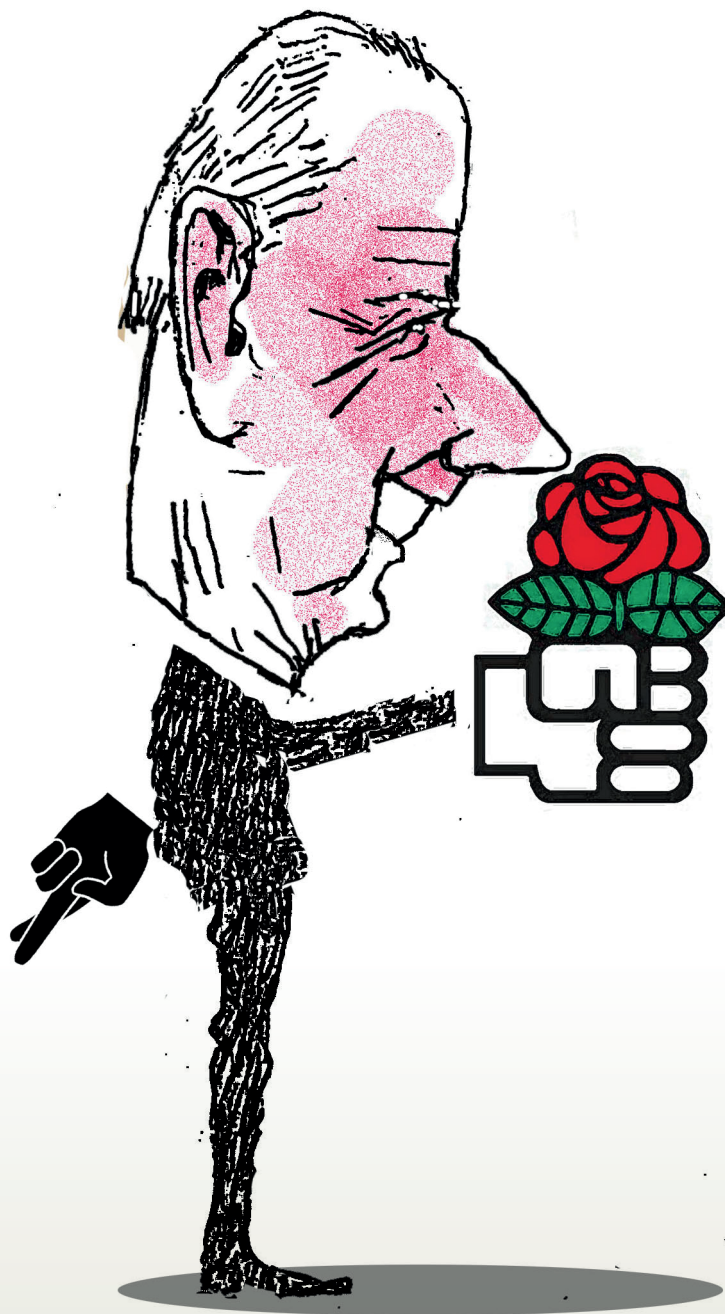
Os planos de Biden: por que reformar agora?¹

André Moreira Cunha
e Andrés Ferrari*

A ambição de Biden e a sombra da China

Após quatro décadas de neoliberalismo, os Estados Unidos encontram-se com as suas estruturas econômica, social e política relativamente menos vigorosas. Quando Ronald Reagan estava em seu primeiro mandato, o país respondia pelas seguintes parcelas da economia global: 11% das exportações, 22% (dólares correntes) e 30% (paridade do poder de compra) da renda, 25% da produção industrial, 29% do estoque de capital físico e 51% dos gastos militares. Às vésperas da posse do seu 46º presidente, Joe Biden, os EUA só estavam na frente da China em duas daquelas dimensões: renda em dólares (22%) e gastos militares (38%). Ainda assim, com participações declinantes.

Em 2019, a China respondia por 21% do estoque internacional de capital físico, contra os 12% dos EUA. Depois de sua entrada na OMC, o rival asiático tornou-se o segundo país que mais investe em P&D, atrás somente dos EUA. Porém, com uma participação no gasto global que avançou de 2% (2000-2002) para 13% (2016-2018), ante o recuo de 4 p.p. do (ainda) líder. Empresas chinesas, com suas marcas e tecnologias, passaram a disputar os mercados globais em áreas de fronteira tecnológica. A administração Trump elevou o tom da disputa bilateral e utilizou vários ins-



trumentos econômicos e políticos para tentar conter a ascensão chinesa. Porém, não tocou nas dificuldades domésticas ou usou plenamente o poder do seu Estado para fortalecer sua base produtiva e tecnológica, infraestrutura física

e recursos humanos. Biden parece querer atuar em ambas as frentes: manter a pressão externa e reforçar as competências domésticas para concorrer com o rival estratégico.

Para além das pressões sobre a sua posição hierarquicamente su-

perior na ordem internacional, os EUA ainda sofrem com os efeitos da recuperação pouco robusta depois da crise financeira de 2007-2009 – quadro agravado pela pandemia da Covid-19 –, particularmente em termos de expansão anêmica da produtividade e das rendas do trabalho. Os níveis de endividamento de famílias, empresas e governos estão mais altos do que antes de 2007. Os preços dos ativos financeiros dispararam, movidos pela expansão quantitativa no balanço do FED, sem ter correspondência com a capacidade efetiva de as empresas gerarem lucros. Os indicadores sociais e de distribuição da renda e riqueza se deterioraram. A sociedade, cada vez polarizada, passou a testar os limites de resiliência das instituições tradicionais. Voltaram à vida fantasmas há muito anunciados, particularmente por Keynes e Polanyi, de que a ordem democrática pode ser corrompida pelas forças desagregadoras dos mercados livres.

Em razão deste estado de coisas, Biden procura reorganizar o país. Editou, até aqui, 43 ordens executivas que revogam ou alteram políticas estabelecidas por seu antecessor, especialmente em temas sociais e ambientais. Além disso, aprovou um plano emergencial de apoio à economia e de combate aos efeitos da pandemia da Covid-19 (*American Rescue Plan*) de US\$ 1,9 trilhão, bem como encaminhou ao Congresso dois planos estruturantes: o *American Jobs Plan* (US\$ 2,3 trilhões) e o *American Families Plan* (US\$

1,8 trilhão). O primeiro é um programa de investimentos em infraestrutura, energias limpas, ciência e tecnologia e recursos humanos, ao passo que o segundo é uma política social que enfatiza a educação, saúde e assistência social.

Os três programas terão, se os últimos forem aprovados integralmente, um impacto de US\$ 6 trilhões (25% da renda do país em 2020). Em seu discurso no Congresso, Biden afirmou que seu plano de investimentos é o maior em termos de geração potencial de emprego desde a Segunda Guerra Mundial, algo “único” em uma geração. Os investimentos públicos em áreas como energia, meio ambiente, transporte e comunicação seriam ampliados em 1 ponto percentual do PIB por ano no período de oito anos. Nas demais áreas, o incremento seria de 0,5 ponto percentual. O financiamento viria pela elevação de impostos de empresas e indivíduos com renda acima de US\$ 1 milhão por ano, bem como da ampliação do endividamento em um contexto em que as taxas de juros seguem baixas.

O esgotamento do neoliberalismo

A nação mais poderosa do planeta apresenta indicadores de desenvolvimento socioeconômico que estão aquém da autoimagem projetada em sua própria sociedade. No Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, os EUA aparecem na 17ª posição dentre 190 países, com um índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,926. Sua expectativa de vida ao nascer (78,9 anos) equivale à de Cuba (78,8 anos) e está muito abaixo de Hong Kong (84,9 anos) e Japão (84,6 anos). A expectativa de vida saudável ao nascer (65,3 anos) é me-

nor do que a da média dos países de IDH muito alto (68,3 anos), ou do que a de Cuba (68,4 anos) e a da China (68,5 anos). Na educação o país ocupa a 13ª posição no *ranking* dos testes educacionais padronizados da OCDE (Pisa). Sua população encarcerada por 100 mil habitantes é quatro vezes maior (663 versus 173 nas nações de alto IDH); e a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é 5 contra 3 em seus pares.

O modelo de competitividade multidimensional do Fórum Econômico Mundial – *World Competitiveness Report* (2019 e 2020) – informa que, comparadas com outras 141 economias, a estadunidense apresenta vulnerabilidades importantes em infraestrutura (13ª melhor posição), qualidade da saúde (55ª posição), adoção de novas tecnologias de informação (27ª posição), estabilidade macroeconômica (37ª posição) e qualidade geral das instituições (20ª posição). Ademais, os EUA não estão no *ranking* dos dez países mais competitivos em competências digitais ou na provisão de uma rede de proteção social adequada à competição capitalista contemporânea.

Para reverter esse quadro desfavorável, Biden quer utilizar o poder de compra do seu Estado para reconstruir cadeias produtivas e internalizar renda e empregos no setor industrial, com ênfase em áreas estratégicas para o futuro, como energias renováveis. A capacidade de pressão sobre outros atores se expressa pela intenção da Secretária do Tesouro, Janet Yellen, de estabelecer parâmetros mínimos para a tributação global dos lucros corporativos. No *front* monetário, Jerome Powell não está aceitando sem questionar os temores de alguns economistas sobre riscos de

alta abrupta da inflação. Sua atitude cautelosa dará algum fôlego à administração federal.

O protagonismo estatal não é uma novidade na história dos EUA e tampouco foi extinto pelo neoliberalismo. O redesenho das políticas governamentais não implicou queda de gastos públicos correntes, que atingiram 22% do PIB nas administrações Reagan-Bush (1981-1992), com aumento de 3 p.p. em comparação com o decênio anterior. Tal nível médio foi preservado nos governos posteriores, salvo em anos de crise extrema, como 2009-2011 e 2020. Já os investimentos públicos caíram em 1 p.p. do PIB. O financiamento do gasto também se alterou, com ampliação na tributação sobre as rendas do trabalho e o consumo, em detrimento dos lucros de empresas, das rendas do capital e do patrimônio dos mais ricos.

A concorrência internacional, a perda de poder dos sindicatos, as inovações tecnológicas e o redesenho das políticas tributárias, dentre outros fatores, alteraram a distribuição da riqueza e do poder. Em 1980, os 1% mais ricos do país detinham 10% da renda e 25% do estoque de riqueza. Em 2019, tais participações chegaram a 19% e 35%, respectivamente. Isso ocorreu às expensas da classe média e dos pobres (- 11. p.p. de renda; e 7 p.p. de riqueza). O modelo de financiamento dos partidos reforçou a influência dos ricos sobre o *establishment* político. Com o neoliberalismo, a *Wall Street* ampliou seu poder sobre a *Main Street*.

De forma recorrente, o poder estatal foi utilizado para proteger a riqueza privada. A política de afrouxamento quantitativo do FED, depois de 2009, sustentou os preços de determinados ativos e financiou o Tesouro. Na mé-

dia dos anos 2006-2008, os ativos do FED eram US\$ 850 bilhões (6% do PIB). No final de abril de 2021, tal estoque era de US\$ 7,8 trilhões (35% do PIB). O estímulo monetário fez com que os preços das ações disparassem: o índice Dow Jones passou de níveis próximos a 600 pontos, na sequência da falência do Lehman Brothers (setembro de 2008), para os atuais 4.200 pontos. Por isso mesmo, nos últimos 15 anos, os 1% mais ricos ampliaram sua fatia no estoque de riqueza do país de 32% para 35%, ao passo a classe média (-2 p.p.) e os pobres (-0,2 p.p.) perderam suas participações relativas.

A “grande revolução” de Biden apenas tenta mitigar estragos produzidos por 40 anos de governos dos ricos para os ricos. A inação estatal nas áreas da infraestrutura física e social do país tornou-se um obstáculo na manutenção da liderança global dos EUA. Para ser bem-sucedido, Biden terá de enfrentar o poder de veto da sua plutocracia, expresso na forte resistência política no Congresso e fora dele. Acusado de socialista pela oposição, o presidente democrata quer renovar o capitalismo estadunidense como um meio para conter a China.

* São professores do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS.

1 As fontes originais dos dados e demais referências bibliográficas podem ser encontradas em nossos trabalhos anteriores sobre este tema, que estão disponíveis em: <https://www.ufrgs.br/fce/biden-e-seus-ri-vaís/>; <https://www.ufrgs.br/fce/biden-e-a-pax-americana/>; <https://www.ufrgs.br/fce/o-plano-biden-e-os-limites-do-capitalismo-desregulado/>; <https://www.ufrgs.br/fce/biden-e-a-rebeliao-das-elites/>; <https://www.ufrgs.br/fce/biden-os-ricos-e-os-riscos/>.

Os 100 primeiros dias do governo Biden: consequências e articulações globais



Debora Gaspar

Debora Gaspar*
Ana Garcia**

Os primeiros 100 dias do governo Biden trouxeram mudanças substantivas em relação à era Trump. Começou pelo simbolismo: duas mulheres, Kamala Harris e Nancy Pelosi, ocupando assentos ao seu lado no discurso ao Congresso em abril. Não há dúvidas de que a mudança de governo nos EUA trouxe ganhos reais para sua população, desde a contenção da pandemia à ajuda econômica. Mas em que medida os ganhos domésticos serão sentidos como ganhos mundiais?

Internamente, a campanha maciça de vacinação reduziu as mortes pela Covid-19 e está possibilitando um retorno gradual à normalidade, além da retomada do crescimento econômico. Biden usou, prioritariamente, as vacinas produzidas por multinacionais americanas, que contaram com recursos públicos para pesquisa. Além disso, a mentalidade da “América primeiro” é perene e perpassa os diferentes governos: a exportação de vacinas excedentes nos EUA está proibida, mesmo diante do apelo dos parceiros europeus ou da calamidade na Índia. Entretanto, numa mudança significativa de posição, a administração Biden foi favorável à renúncia da proteção da propriedade intelectual para as vacinas contra a Covid-19 no âmbito da OMC. Esta nova posição fortalece a proposta de países em desen-

volvimento, liderados pela Índia e África do Sul, e desagrada a indústria farmacêutica.

Por sua vez, o *American Rescue Plan Act*,¹ aprovado pelo Congresso em março, combina um auxílio na ordem de US\$ 1 trilhão na forma de pagamentos individuais, proteção contra despejos (assistência ao pagamento de aluguéis e a pagamento de hipotecas) e com a implementação de uma rede de proteção social que há muito não se via no horizonte político nos EUA, que inclui ampla expansão da cobertura de seguros de saúde acessíveis. Devido a disputas dentro do Congresso, a proposta de fixação do salário mínimo de 15 dólares/hora não foi incluída na Lei.

O plano de recuperação conta com um trilionário pacote de investimentos, focado no setor de infraestrutura, que é altamente propenso à geração de emprego. Ainda, em ruptura direta com seu predecessor, o estímulo agrega preocupação com a transição ecológica: serão US\$ 2 trilhões em energia limpa ao longo de seu mandato. Com isso, Biden se aproxima ao *Green New Deal* que vinha sendo pautado pela esquerda do Partido Democrata. No âmbito externo, houve o retorno dos EUA ao Acordo de Paris e a retomada do protagonismo norte-americano na governança climática global. Este retorno é visto com bons olhos pelas ONGs internacionais e forçou a mudança de posição de governos negacionistas das mudanças climáticas,



Ana Garcia

como é o caso do brasileiro.

A busca de antecedentes históricos que possam transmitir a amplitude da agenda de Biden elenca o *New Deal*, de Franklin Roosevelt, e o programa *Great Society*, de Lyndon Johnson. No imaginário coletivo e histórico, são programas associados à forte intervenção do Estado na economia e fortalecimento da classe trabalhadora. O aceno discursivo às classes médias e a retórica de contenção dos desmandos e privilégios da América Corporativa, que inclui *Wall Street*, são evidentes desde a campanha.

Combinando uma ênfase mais explícita quanto à necessidade e viabilidade política de gerar empregos, com uma proposta de elevação de impostos sobre as maiores rendas, Biden dá um salto com relação ao programa fiscal de Obama no pós-crise financeira. É ver-

dade que o momento e a natureza da crise são distintos: as autoridades monetárias dos países centrais já estão operando com juros básicos baixos há mais de uma década e predomina, exceto entre os setores mais conservadores, a visão de que a reversão do estímulo em 2010 foi prematura. Isso abre espaço para que tanto o montante, quanto a duração do pacote fiscal de Biden sejam maiores. O ritmo da retomada da economia será crucial nas eleições legislativas de 2022, já que precisará garantir a maioria democrata para que a agenda de Biden seja implementada. Já há, no entanto, a vocalização de preocupação com o superaquecimento da economia. O ex-secretário do Tesouro Larry Summers apontou para os riscos inflacionários, chegando a prever a possibilidade de um cenário de estagflação, que marcou a década de 1970. Esse risco é reafirmado por outros agentes financeiros. É notório, entretanto, que os pacotes de estímulos para enfrentar a pandemia tiveram início na administração Trump, e não com Biden, apesar deste ter dado um novo tom (verde) e um maior volume.

O presidente sustenta que o plano de recuperação econômica será financiado por aumento da taxa das grandes corporações e das altas rendas nos EUA. Politicamente, isso sinaliza uma tentativa de reverter o quadro de concentração econômica e do consequente aumento da desigualdade, que se agravou a partir dos efeitos concentradores tanto da crise financeira, como de parte das políticas adotadas para mitigá-la. A proposta do governo inclui aumento dos impostos corporativos (de 21% para 28%, ainda inferior aos 35% vigentes até 2017)². Cabe salientar a dimensão internacional: a nova

secretária do Tesouro, Janet Yellen (ex-presidente do Fed e primeira mulher a ocupar ambos os cargos), vem fazendo a defesa pública de um imposto mínimo global sobre grandes corporações multinacionais. Para Yellen, o imposto colocaria fim ao *race to the bottom* que caracteriza atualmente as políticas de isenção fiscal em países que buscam atrair as grandes empresas. O desenho está sendo desenvolvido na OCDE e discutido no âmbito do G20. Biden mencionou explicitamente os paraísos fiscais, como Suíça, Bermudas e Ilhas Cayman, em uma espécie de retomada discursiva do tema central da cúpula do G20 de Cannes (2011), quando o anfitrião Nicolas Sarkozy não logrou o apoio dos principais líderes para um imposto sobre transações financeiras e combate à evasão fiscal, em meio à crise das dívidas soberanas na Europa.

Nas relações com a China, até

o momento, não houve mudanças. Apesar da expectativa de que um governo democrata pudesse voltar – como nos tempos de Clinton e Obama – a enxergar a China como uma economia integrada à economia americana, a administração Biden manteve a posição de Trump: a China é vista como “ameaça” e o caminho deve ser o *decoupling*. As sobretaxas a produtos chineses foram mantidas, bem como as restrições a tecnologias chinesas. Além disso, Biden revitalizou alianças hostis à China, como o *Quadrilateral Security Alliance* entre EUA, Japão, Austrália e Índia. Além das questões de segurança, o *Quad* busca diminuir o controle chinês sobre as terras raras, recurso mineral fundamental para as indústrias tecnológicas. Os EUA trouxeram para seu lado a Austrália, que é um dos principais fornecedores de minérios para o país asiático, mas intensificou atritos com a China no período recente; e a Índia, cujas relações com a China foram abaladas por conflitos de fronteira e pela inclusão do Paquistão na *Belt and Road Initiative*. Notoriamente, as relações hostis entre Índia e China fragi-

lizaram o agrupamento Brics como um todo. Para os EUA, “dividir para reinar” no continente asiático pode ser significativo, uma vez que multinacionais americanas se deslocam da China para outros países da região, como o Vietnã, e podem se aproveitar de condições favoráveis oferecidas por estes.

Voltando ao início: em que medida as mudanças domésticas nos EUA terão efeitos mundiais positivos? A expansão de gastos públicos, investimentos “verdes”, enfrentamento à pandemia e vacinação maciça, combinada à flexibilização das patentes, elevação do imposto corporativo global e negociações multilaterais sobre clima: entendemos que tudo isso tem potencial positivo na avaliação dos 100 dias do governo Biden. Porém, a festa não pode ser para poucos: as classes trabalhadoras (nos EUA e fora deles) e os países de renda média e pobres precisam estar no centro das políticas de recuperação no mundo pós-pandemia, que continuará enfrentando os efeitos da crise.

* É coordenadora do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

** É professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e coordenadora-geral do Brics Policy Center.



1 Os outros dois pacotes, ainda a serem votados, são o *American Jobs Plan* e o *American Families Plan*, com montantes previstos de, respectivamente, 2,3 e 1,8 trilhões de dólares.

2 Além disso, a proposta inclui aumento de imposto sobre a renda de indivíduos que ganham acima de US\$ 400.000 ao ano de 37% para 39,6%. O percentual de 39,6% passaria a ser aplicado também aos ganhos de capital de dividendos para rendas acima de US\$ 1 milhão. Ainda, há a previsão de um imposto mínimo de 15% sobre lucros acima de US\$ 100 milhões/ano.

Joe Biden e a renovação da velha social-democracia no século XXI

Carlos Eduardo Martins*

O mandato de Joe Biden se insere numa conjuntura de profunda crise de hegemonia dos Estados Unidos e do padrão de acumulação neoliberal. Integrante do *establishment* democrata, senador durante seis mandatos, de 1973 a 2009, vice-presidente dos Estados Unidos de 2009 a 2016, Biden é um dos políticos de maior longevidade e êxito em seu país, com um perfil centrista, que oscilou entre a centro-direita, por suas posições ambíguas em relação às políticas de dessegregação nos anos 1970, à centro-esquerda, por seu diálogo com as correntes mais progressistas de seu partido. O seu histórico moderado poderia desacreditar a pretensão de um mandato propositivo de transformações mais profundas na política norte-americana, mas a tentativa de construí-lo expressa a gravidade da crise estadunidense e a percepção crescente, nas elites do Partido Democrata, de que é necessário romper a inércia e buscar uma resposta às dramáticas questões que coloca.

A crise norte-americana se expressa em três grandes dimensões: a primeira é a do desgaste do padrão de acumulação neoliberal que predominou nos últimos quarenta anos. Ancorado na liberalização comercial e financeira e na intervenção estatal para garantir o dólar sobrevalorizado e a geração de capital fictício, tem levado à deterioração crescente do poder produtivo, ao parasitismo e à drástica ampliação da desigual-



dade social nos Estados Unidos. Tal padrão tem sido dirigido pela centro-direita ou pela centro-esquerda norte-americanas, que se alternaram em sua gestão para produzir estilos de desenvolvimento com variações limitadas. A direita priorizou a elevação das taxas de juros, os gastos militares e os cortes de impostos sobre as grandes corporações, resultando em déficits públicos expressivos, um dos pilares de sua ofensiva para a contenção de gastos sociais e desmonte do *Welfare State*. Para enfrentar as frustrações que gera, tem recorrido à guerra para alcançar apoio interno em torno da lógica maniqueísta da segurança e do combate ao inimigo. A centro-esquerda, por sua vez, tem buscado limitar a dinâmica do neoliberalismo, sem deixar de se mover dentro de seus limites. Busca reduzir as taxas de juros, impulsionar o multilateralismo, conter gastos militares e ampliar

superávits fiscais para promover políticas sociais, mas não tem efetivado políticas compensatórias que neutralizem a crescente desigualdade, nem tampouco impedido o enorme crescimento da dívida pública e as limitações que impõe ao gasto social.

O desgaste do padrão neoliberal abriu espaço para a segunda dimensão da crise, a de legitimidade da democracia liberal e política, cuja expressão mais ameaçadora é a ofensiva neofascista. O projeto neofascista promove a articulação política de uma dupla insatisfação: das frações burguesas de menor composição orgânica do capital à concentração e centralização de capitais, que beneficia os segmentos mais transnacionalizados da burguesia estadunidense, e dos trabalhadores vinculados aos setores mais tradicionais, ameaçados pela concorrência internacional, pela deslocalização produtiva ou pela competição dos imigrantes no mercado de trabalho. O neofascismo apela à idealização mística do passado, ao racismo, ao machismo, à violência e a uma suposta comunidade caucasiana, etnia ainda majoritária na população estadunidense, para ocultar as contradições de classe que a constituem. Reivindica o irracionalismo e o fundamentalismo para mobilizar uma base de massas fanática e o uso da força como método de solução de contenciosos. Internamente se lança contra a independência do processo eleitoral e articula a formação de milícias paramilitares para subordiná-lo a golpes de Estado; enquan-

to no plano internacional, pretende submeter o mercado mundial à força do Estado norte-americano. Não rompe com a globalização financeira, mas busca reverter a deterioração produtiva pelo emprego de uma política imperialista que rompe com a liberalização comercial e articula adesões e banimentos, através de ameaças, chantagens e sanções, que atingem não apenas segmentos marginais ou regionalizados da economia mundial.

A terceira dimensão da crise se refere ao declínio relativo na economia mundial. Este declínio se manifesta, entre outras dimensões, no endividamento público e privado crescente, em taxas de crescimento do PIB *per capita* inferiores às da economia mundial, na deterioração do seu protagonismo militar frente ao rearmamento chinês e russo, na perda de sua liderança para a China no registro de patentes na Organização Mundial da Propriedade Intelectual, ou em *rankings* empresariais globais, como a *Fortune 500*, que apresenta maioria chinesa e forte destaque para suas empresas estatais ou coletivas na lista publicada em 2020. Uma de suas causas foi a adoção do padrão de acumulação neoliberal e financeirizado para enfrentar a queda da taxa de lucro provocada pela ofensiva dos movimentos sindicais e sociais durante o esgotamento do keynesianismo fordista do pós-guerra e sua transição rumo a uma nova etapa da revolução científico-técnica, que elevou significativamente a qualificação da força de trabalho, com efeitos po-

tenciais para o seu valor. O padrão neoliberal deslocou parte da acumulação do circuito produtivo para o financeiro, lastreado na força do dólar e no monopólio da emissão por parte do Estado norte-americano, e para a economia mundial, deslocando a produção em detrimento do investimento produtivo nos Estados Unidos, criando as condições estruturais para superexplorar os seus trabalhadores e desconectar os salários da expansão da produtividade, desde 1980. Todavia, a desvinculação entre valor de uso e valor de troca não pode ser absoluta no desenvolvimento do capitalismo, o que impõe limites à geração de capital fictício, e a partir de certos limites a escolha pelo parasitismo cobra seu preço. Diferentemente da dívida pública do período clássico keynesiano, associado ao pleno emprego, que cai de 92% para 32,3% entre 1950 e 1979, a do padrão neoliberal se eleva para 64,4% em 1992, 100% em 2012 e 130% em 2020.⁴ O aumento dos estoques da dívida restringe as taxas de rentabilidade do capital fictício e o seu protagonismo na dinâmica da acumulação, como se

pode observar pelo movimento das taxas de juros nos Estados Unidos.

O governo Biden se vê pressionado pela necessidade de mudar o padrão de acumulação em função dos crescentes sinais de esgotamento da financeirização neoliberal para os Estados Unidos, da ameaça neofascista que se nutre das frustrações sociais que provoca, e dos desafios colocados pelo padrão de acumulação chinês, onde o Estado exerce um papel chave no planejamento, na coordenação macroeconômica, na promoção dos investimentos e do sistema nacional de inovação. Vê-se ainda pressionado pela necessidade de fortalecer o domínio sobre o paradigma microeletrônico em curso e sua articulação com o novo paradigma biotecnológico/ambiental emergente, intensivo em bens públicos, que acentua a tendência à expansão do Estado na economia mundial nos últimos cento e cinquenta anos.

Em acréscimo ao programa de US\$ 1,9 trilhão de resgate da economia e de proteção à saúde da população dos efeitos da pandemia, Biden propõe uma intervenção estatal de US\$ 4 trilhões, dedicada à

ampla renovação da infraestrutura de transporte, habitação e pesquisa, à promoção da qualificação da força de trabalho e ao combate da desigualdade estrutural mediante programas de acesso à educação, desde a pré-escola à universidade, e à saúde para populações excluídas. Ele propõe ainda o salário-mínimo nacional de US\$ 15 por hora, fortalecer os sindicatos e prover crédito e isenções fiscais às pequenas e médias empresas. Ele pretende financiar a intervenção, fundamentalmente, pela imposição de tributos às grandes corporações e não mediante a expansão da dívida pública. Isso inclui um imposto global sobre lucros no exterior e dificultar as estratégias empresariais para escapar da tributação através de fusões e aquisições com firmas estrangeiras. Ao mesmo tempo, mantém a estrutura tarifária protecionista e as sanções estabelecidas por Trump contra a China, com especial atenção à disputa sobre a tecnologia 5G.

Biden pretende estabelecer um giro para um programa social-democrata que rompa com os limites da terceira via dos anos 1990-2010, enclausurada no neoliberalismo, e aprofunde, sob novas bases, a tese da Grande Sociedade. Busca fazê-lo através de um programa keynesiano distributivista que promova o pleno emprego, combata a desigualdade e o racismo estruturais, priorize o investimento nacional, as restrições à mobilidade do capital e as regulações que fortaleçam a sindicalização dos trabalhadores. Tal giro se daria, todavia, sob níveis relativos de intervenção estatal muito mais extensos, beneficiaria as empresas *high-tech*, provedoras de banda larga, fabricantes de carros elétricos, geradoras de energia re-

novável, construtoras e empreiteiras, mas respaldaria a capacidade de negociação dos trabalhadores para conter o avanço neofascista que se associa à precarização e ao enfraquecimento sindical. Todavia, isso implicaria em remover as barreiras à luta de classes colocadas pelo padrão de acumulação neoliberal desde os anos 1980.

O programa de Biden constitui uma tentativa desesperada dos sociais-democratas contra o avanço neofascista e a decadência norte-americana na economia mundial e uma oportunidade para retomar o protagonismo reformista do liberalismo. Resta saber se conseguirá restabelecer o caminho do pacto social interrompido entre a burguesia estadunidense e os trabalhadores e se recolocará a prioridade do investimento produtivo nacional nas estratégias das corporações transnacionais estadunidenses, em uma economia muito mais complexa, baseada numa estrutura de comunicação e conhecimento que fortalece a organização coletiva. Ou se, inversamente, agudizará a luta de classes internamente, debilitará o dólar, provocará uma explosão inflacionária ou da dívida pública na tentativa de contê-la, vulnerabilizando ainda mais os Estados Unidos diante do desafio mundial que enfrentam à sua liderança.

* É professor associado do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (Irid) e Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional (Pepi), ambos da UFRJ, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia da UFRJ (Lehc) e pesquisador do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clasco).

¹ *Economic Report of The President, 2020 e Federal Reserve Economic Data.*



Bidenomics: um novo estado de bem-estar social?

Bernardo Kocher*

Desde a década de 1980 que o keynesianismo é dado como esgotado pelos críticos e até mesmo por muitos defensores da regulação econômica. Dado o impacto (mais político e ideológico do que científico) que o “neoliberalismo” tem produzido no desmonte do Estado de Bem-Estar Social – e a sua resiliência como orientador em meio às graves crises globais ao longo de mais de quatro décadas – ficou arquivado na memória coletiva apenas o sucesso do keynesianismo no interior do que Eric Hobsbawm chamou de “25 anos de ouro” (1948-1973) da economia capitalista.

Tal sentimento de resignação é realimentado continuamente pela desarticulação e impotência na defesa dos direitos das bases sociais impulsionadoras do papel proativo das políticas públicas, a classe trabalhadora. Isto porque, a partir da década de 1970, ocorreu a inversão de expectativas nas conquistas de direitos inauguradas no século XIX com o Ludismo, o Cartismo e as Revoluções de 1848. O mundo do trabalho vem sofrendo desde então uma meticulosa engenharia política e se transformando em uma espécie de cópia da sociedade do século XIX, no que tange à proteção social. O quadro dantesco da reprodução da força de trabalho, desde o caso das progressistas lutas sociais que tomaram as décadas de 1960 e 1970 (descolonização, direitos das mulheres, movimento antiguerra,

contracultura, greves contra o regime de produção fordista etc.), amplifica material e subjetivamente o impacto psicológico tanto das crises quanto das recuperações da economia. Nas contínuas reviravoltas do “mercado” é marcante a perda coletiva de referenciais históricos básicos, pois o tempo de existência das crises torna-se dilatado em relação ao do crescimento econômico. Isto tornou, para atores coletivos, a percepção do processo social que envolve as políticas públicas mais difícil.

Notamos, neste sentido, que os desafios da sobrevivência material e social de uma economia complexa como a norte-americana, “interiorizada” em todas as demais economias nacionais – a única com esta capacidade até o momento, se bem que sofrendo pesada concorrência da economia chinesa –, produz uma distorção na compreensão do que foram as políticas keynesianas. Sendo o epicentro do crescimento econômico mundial no imediato pós-guerra, da crise de convergência macroeconômica nos anos 1970 e, finalmente, da recuperação (financeirizada) da sua economia na década seguinte, o país construiu as bases de um poder material e simbólico que o permite se perpetuar como referência básica do devir econômico do capitalismo contemporâneo.

O plano de recuperação econômica anunciado pelo presidente Joe Biden em março de 2021 é uma dimensão deste poder. No momento atual, a ação pública pode ser vista como a marca da reen-

trada do keynesianismo no *mainstream* e tem aparecido na crônica política cotidiana como (finalmente) a sua restauração. Mas tal situação é apresentada, equivocadamente, como o fim do debate da exclusão do Estado na vida econômica, agora através de uma nova reificação: o resgate de John Maynard Keynes por Joe Biden¹.

O que pretendemos demonstrar, para discernir a imprescindível historicidade do “novo” keynesianismo, é que a intervenção defendida pelo economista inglês está inserida em um quadro muito peculiar, onde fazia sentido pleno sua sofisticada análise e proposição de um Estado atuante no campo macroeconômico. Foi a Europa ocidental que consagrou este tipo ideal dentro de um quadro dramático de ameaças políticas e sociais. O continente promoveu sua recuperação econômica – logo transformada em pujança na produção e distribuição da riqueza –, comprimido entre: a) o comunismo da URSS, dos Partidos Comunistas nacionais e do bloco oriental; b) a descolonização; e, c) o “convite” norte-americano para participar de uma integração material informal no intuito de reconstruir a sua economia. Neste cenário, o keynesianismo transformou-se num ativo capaz de tornar universal o que fora erigido teoricamente (em 1936) e implementado materialmente pela primeira vez no *New Deal*. Na América Latina, este ideal foi perseguido sob o manto do desenvolvimento econômico.



Mas, ressaltamos, não foi um abstrato keynesianismo que sedimentou o Estado de Bem-Estar, e sim uma versão conservadora, como elucidado por Henry R. Nau em *O Mito da Decadência dos Estados Unidos* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987). Tal viés impõe limites (conservadores/monetaristas) da participação do Estado na economia e da concessão de direitos sociais, contendo o que se considerava serem excessos no gasto público.

A articulação internacional desta economia política internacional keynesiana contou com o desdém de fatores cruciais, essenciais para reter a formação de um mercado voraz por lucros auferidos por fora da produção, o que foi combatido pelo próprio Keynes no contexto da fundação das instituições internacionais econômicas. Surgiu, assim, o *embedded liberalism*, descrito por John Ruggie². Uma antípoda do estatismo. Tal “lacuna” foi, em nossa opi-

não, a base material para a destruição do consenso keynesiano a partir da década de 1970. A partir de então, a globalização, um conceito plástico e utópico para dar vida ao mercado livre sem as fronteiras nacionais, substituiu o imaginário do bem-estar social como referencial legitimador da vida social.

A crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19 colocou, inicialmente, um freio na liberalização como horizonte, resgatando a legitimidade do papel do Estado na economia. A pandemia que ora vivemos produziu a única crise econômica capitalista causada por um fator extraeconômico e, também, sanitário. Sua rápida disseminação obrigou a paralisação das atividades econômicas não essen-

ciais (e algumas essenciais), desorganizando várias cadeias de produção e comércio articuladas por décadas de mercado mundial integrado. Afetando mais intensamente pequenos e médios empreendimentos, a paralisação física de inúmeras atividades econômicas equivale a uma depressão econômica. E isto tem levado à formulação, por parte dos governos, de pacotes de “ajuda” que até podem ser entendidos como o retorno do keynesianismo ao centro do tabuleiro das decisões econômicas.

Mas tais considerações para o ressurgimento do Estado não são unipolares. O trilionário programa de amparo às famílias e empresas formulado pela nova administração dos EUA está focado na recuperação econômica dentro

de um quadro de reparo de debilidades na competição internacional. O pacote também ajudará a reparar o pesado legado de mazelas sociais das bases políticas dos democratas, causados tanto pela pandemia quanto por quatro desastrosos anos da administração Trump, que incentivou o desenvolvimento de forças políticas fascistas. Tal conflito interno enfraquece o poderio externo americano – enfraquecimento esse causado diretamente pela ascensão da economia da China e pelo papel da Rússia nos conflitos regionais da Europa oriental e na Síria, além de perda de influência relativa em instituições internacionais multilaterais –, e que caracteriza o que a literatura tem chamado de “crise de hegemonia” dos EUA. Estas duas tendências se conjugam para propiciar o enfrentamento de uma competição capitalista acirrada, onde os EUA partem de uma posição (no contexto da crise sanitária) desvantajosa: fortes em armas e finanças, mas enfraquecidos em poder econômico produtivo, gerador de empregos.

Sendo assim, o impacto que as medidas de incentivo ao consumo e financiamento de empresas trarão são, no momento imediato, similares aos problemas que o keynesianismo “clássico” teve que enfrentar. Mas o consenso necessário para que estas medidas se perpetuem no interior da política econômica norte-americana não parece estar totalmente certo. Isto porque, no caso “clássico” do pós-guerra, o tipo ideal keynesiano formou-se no ambiente de reconstrução da Europa ocidental, não dos EUA. Estes foram tolerantes às necessidades europeias, mas não adotaram (por falta de necessidade) tais orientações

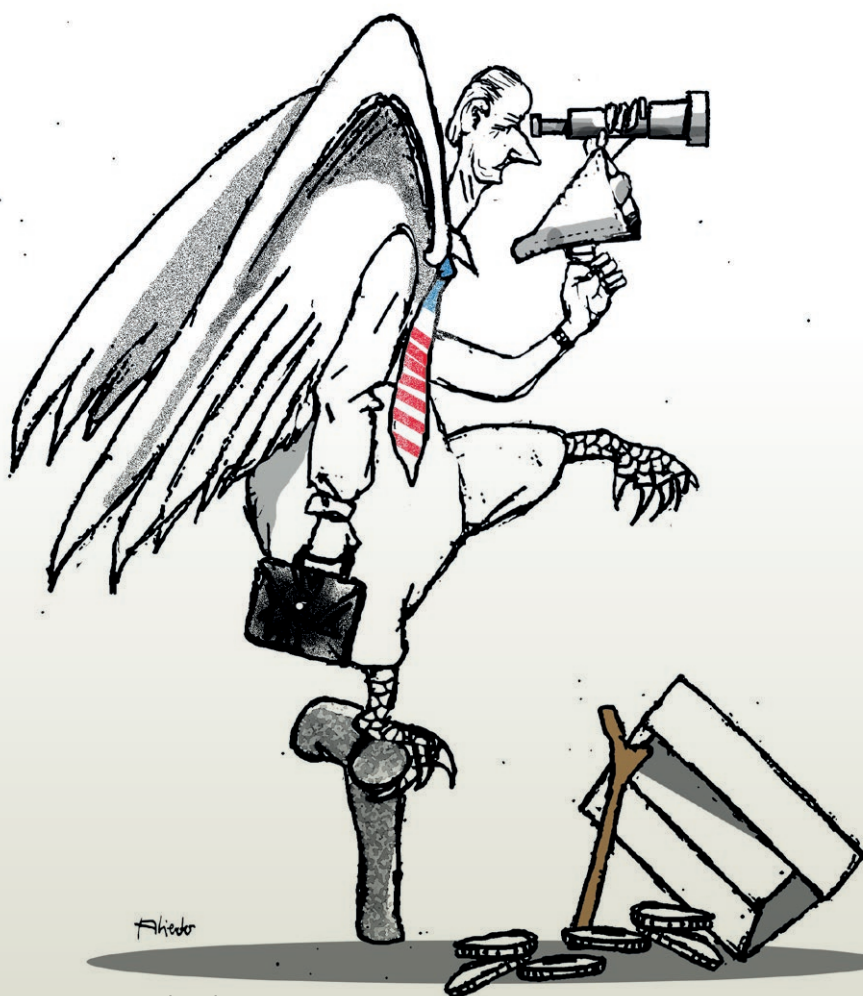
na sua própria realidade, o que só passou a ser implementado a partir do programa Grande Sociedade na década de 1960. Além disso, não existe uma ameaça contestatória ao poderio social como na década de 1940, mas sim um quadro de competição entre países com sistemas sociais distintos (inclusive que se autodenominam de comunistas), o que ajudará a modelar a forma e o tamanho do “novo” keynesianismo. Naquele momento de constituição, o Estado de Bem-Estar (e o keynesianismo que o suportou) foi uma resposta à possível expansão do comunismo, e não do fascismo, como ocorre no momento atual. O primeiro desafio era muito mais profundo do que o segundo.

Finalmente, intuímos que o “keynesianismo sanitário” da administração Biden terá necessariamente um *timing* de funcionamento. Uma vez colocado em operação e alcançados os resultados em termos de recuperação econômica e geração de empregos, trará a economia americana e seu *soft power* para um patamar fortalecido para enfrentar a megacorrência externa e o fascismo redivivo internamente. Estes objetivos, uma vez alcançados, poderão ser mais uma vez descartados, como na década de 1970, em nome de um mercado autorregulado.

* É professor de História Contemporânea da UFF.

1 Cf.: “Biden ressuscita Keynes com seu plano de investimentos”, Exame, 8/4/21, disponível em: <https://exame.com/bussola/joe-biden-ressuscita-keynes-com-seu-plano-de-investimentos/>.

2 RUGGIE, John Gerard (1982). International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order. *International Organization* 36 (2).



Plano Biden: parece imposto e dívida, mas é só moeda

Daniel Negreiros Conceição*

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, com suas consequências econômicas avassaladoramente depressivas, governos centrais em todo o mundo foram obrigados a abandonar suas agendas de austeridade fiscal e combate ao endividamento estatal em nome da sobrevivência de suas economias. Pelo menos a parcela mais pragmática dos defensores da responsabilidade fiscal (ou a parcela menos genuinamente convencida pelas próprias palavras) compreendeu (ou finalmente admitiu) que, sem que os governos centrais abandonassem radicalmente seus compromissos com a busca do equilíbrio orçamentário, não seria possível evitar que seus países fossem devastados pela espiral depressiva desencadeada pela pandemia. A ordem para os governos de todo o mundo passou a ser “gastar ou morrer”.

Com a pandemia e o isolamento social necessário para controlar a disseminação do vírus (ou com a mortandade descontrolada e colapso dos sistemas hospitalares onde não se fez isolamento social adequado), foi inevitável que a demanda dos agentes privados caísse muito. Consumidores deixaram de sair de casa para consumir, e empresários suspenderam ou encerraram suas atividades por motivos sanitários e/ou por falta de demanda. A consequência disso foi uma violentíssima espiral depressiva em que consumidores gastavam menos para se proteger do vírus, outros por falta de renda, e empresários demitiam trabalhadores

e reduziam suas compras de insumos e seus investimentos por não terem para quem vender.

Como não podemos contar com a mão invisível dos mercados para restaurar automaticamente a demanda e a renda da economia aos seus níveis compatíveis com a atividade econômica saudável, podemos e devemos contar com a mão visível de Estados monetariamente soberanos, que sempre podem gastar mais quando a demanda privada está em queda (assim como podem reduzir os seus gastos gradualmente à medida que o gasto privado vai se recuperando). Foi o que fez Franklin Roosevelt, a partir de 1933, para enfrentar a Grande Depressão deflagrada pelo colapso financeiro de 1929 e é o que começou a fazer Joe Biden com seu plano multitrilionário de reconstrução da economia dos EUA no pós-coronavírus.

O plano de reconstrução dos EUA tenta ser proporcional ao ta-

manho do estrago produzido pela pandemia e pela presidência de Donald Trump. A combinação de inação, incompetência, negacionismo científico, corrupção e fanatismo ideológico que definiu a presidência de Trump permitiu que a pandemia deixasse um rastro de mais de 500 mil mortos e que o número oficial de desempregados saltasse de 5 milhões para 25 milhões de pessoas no auge da crise. Diante de tamanha devastação, Biden percebeu ou foi convencido de que seria preciso recolocar o Estado norte-americano, com sua capacidade operacionalmente infinita de gastar dólares, como motor principal da economia. Para tal, compreendeu que precisaria gastar enormemente, tanto para vencer a

pandemia e reverter a espiral depressiva por ela desencadeada, como para promover a reconstrução do país no pós-pandemia.

Economistas e comentaristas que tratam falaciosamente as finanças de Estados nacionais como se fossem análogas às finanças domésticas e/ou que ainda acreditam na desqualificada Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) alardearam que o plano Biden seria fiscalmente irresponsável e levaria o Estado norte-americano à falência, ou que seria explosivamente inflacionário. De fato, os valores dos gastos anunciados por Biden assustam quem foi condicionado a demonizar todo e qualquer déficit público. Afinal, são quase 2 trilhões de dólares já destinados ao *American Rescue Plan*, mais 1,3 trilhão de dólares que deverão ser investidos em infraestrutura, e outros 2 trilhões em investimentos numa matriz energética baseada em fontes renováveis.



Preocupados com o impacto fiscal de tantos gastos públicos, defensores mais fanáticos da austeridade fiscal exigiram que o presidente Biden identificasse todas as pretensas fontes de financiamento com que o governo contaria. Ainda refém do dogma falacioso da responsabilidade fiscal, Biden sinalizou que o desequilíbrio fiscal produzido pelo seu grande plano de recuperação seria apenas temporário e que eventualmente seria desfeito pelo crescimento da arrecadação de impostos, gerado pelo crescimento econômico, e graças a uma ambiciosa reforma tributária.

Além de economicamente desnecessário, o compromisso de Joe Biden com a responsabilidade fiscal pode acabar inviabilizando a autorização de rodadas futuras de gastos públicos generosos que provavelmente serão necessários para manter a economia americana em trajetória de recuperação. Foi o que aconteceu com Roosevelt em 1937. De tanto prometer, principalmente aos seus opositores republicanos, que o desequilíbrio fiscal seria eventualmente revertido pelo aumento da arrecadação, Roosevelt acabou forçado a reduzir o ritmo de seu *New Deal* e cortar gastos para sanear as contas do seu governo. Com isso, acabou sabotando a recuperação da economia americana, que sofreu contração em 1937 e só voltou a crescer mais fortemente quando o governo abandonou completamente a austeridade fiscal para pagar pelos gastos gigantescos com o esforço da Segunda Guerra Mundial.

Economistas precisam incorporar de uma vez às suas análises o fato de que a moeda que usamos como meio de pagamentos de mais ampla aceitação é uma dívida estatal (normalmente registrada como passivo da autoridade monetária).

A simples existência de moeda em nossas economias implica a existência de dívidas estatais. Ademais, por definição, a única forma de financiar cada novo pagamento de um governo central como o americano (e o brasileiro) é a criação de mais moeda: o governo cria base monetária ao creditar as reservas de um banco comercial e o banco comercial cria moeda ao creditar a conta do cliente para quem o governo fez o pagamento.

É apenas depois que o gasto do governo cria a moeda estatal que os agentes privados têm mais moeda para comprarem títulos públicos e pagarem seus impostos. Ou seja, não são os impostos e as vendas de títulos públicos que financiam os gastos do governo, mas vice-versa. Funcionalmente os impostos representam a porção da moeda estatal criada pelos gastos do governo que é destruída quando “retorna” para o governo, enquanto o aumento no estoque de títulos públicos em carteiras privadas representa a porção da moeda estatal criada pelos gastos do governo que acaba trocada por dívidas estatais menos líquidas e mais rentáveis. Significa dizer que a equação que iguala gastos do governo à soma de impostos, aumento dos títulos públicos em carteiras privadas e variação da base monetária não responde a “De onde vêm os recursos que o governo gasta?”, mas sim a “Para onde vai a moeda estatal criada pelo gasto público?”.

Se o governo americano (como o brasileiro) sempre financia seus gastos através da criação de moeda e não depende de impostos e da venda de títulos para se financiar, simplesmente não faz sentido condicionar a realização de gastos benéficos para a economia americana ao aumento na arrecadação de impostos. Isso não significa que não seja importante defender reformas

tributárias que combatam efetivamente as desigualdades de renda e riqueza que teimam em aparecer nas economias capitalistas. Mas o objetivo de uma reforma tributária verdadeiramente benéfica para a economia não deve ser aumentar o total de impostos arrecadados pelo governo, e sim desfazer ou aliviar disfuncionalidades distributivas.

Não havendo risco de esgotamento das suas fontes de financiamento, podemos concluir que deve haver limites para o tamanho fiscal do plano Biden? A resposta simples é que o governo Biden deve gastar tanto quanto for necessário para reconstruir a economia e sociedade americanas até o limite inflacionário da economia. Ressalte-se aqui que pressões inflacionárias por excesso de demanda não são as consequências inevitáveis da criação de moeda ou do endividamento estatal, como pretendem argumentar defensores da austeridade. Elas simplesmente vêm do descompasso pontual entre o crescimento da demanda e do produto da economia.

O plano Biden (e qualquer plano de reconstrução de um país) deve ser dimensionado de modo a manter a demanda agregada da economia no seu nível compatível com o pleno emprego da economia sem descontrole inflacionário. Enquanto os gastos privados estiverem desaquecidos e houver muita capacidade produtiva ociosa na economia, será possível e necessário que o governo gaste muito para manter mobilizados os fatores produtivos da economia americana. No entanto, especialmente durante a fase de reconstrução, quando o plano Biden prevê muitos investimentos em infraestrutura e produção de energia “verde”, será preciso cautela para evitar pressões inflacionárias indesejavelmente violentas, uma vez que o impac-

to inflacionário dos investimentos públicos na demanda agregada será imediato, enquanto o impacto desinflacionário da expansão do produto potencial e da redução de custos produtivos virá no médio e longo prazo. Este cálculo independe completamente do resultado orçamentário do governo e do seu nível de endividamento. O objetivo da gestão fiscal (e monetária) inteligente deve ser manter a economia suficientemente aquecida para eliminar o desemprego e a pobreza, mas não tão aquecida a ponto de ser ameaçada por pressões inflacionárias intoleráveis.

Finalmente, para quem se pergunta se o Plano Biden serve de receita para o Brasil, a resposta é que sim. O governo brasileiro é tão criador dos reais com que faz seus pagamentos quanto o governo americano é criador de dólares. Portanto, o governo brasileiro também pode dimensionar o seu programa de combate à pandemia e reconstrução do país no pós-pandemia sem se preocupar com a possibilidade de esgotar suas fontes de financiamento e sem se preocupar com o aumento do tamanho da sua dívida em reais. Aliás, foi exatamente o que fez o governo brasileiro em 2020, quando praticou o maior déficit primário de sua história (de mais de 700 bilhões de reais) sem qualquer dificuldade ou atenção a limites fiscais. Como no caso americano, o limite relevante para o tamanho da intervenção fiscal compatível com o bom funcionamento da economia brasileira é o limite inflacionário. A diferença importante é que no Brasil, fortemente dependente de importações, este limite inflacionário deve ser identificado com atenção especial à dinâmica do mercado cambial.

* É economista e professor do Ippur/UFRJ

Por um orçamento em defesa da criança e do adolescente

Instigados por dois crimes recentes que vitimaram crianças, o desaparecimento dos meninos Alexandre, Fernando Henrique e Lucas Mathews na Baixada Fluminense e o assassinato de Henry Borel, analisaremos o impacto das políticas públicas nos dados de violência infantojuvenil. Para tanto, contextualizaremos o Orçamento da Criança e do Adolescente (OCA) do Município (MRJ) e do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) de 2010 a 2021. O OCA é composto por despesas e ações do orçamento destinadas à proteção e ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. As ações são agrupadas em três áreas prioritárias:

- Saúde: ações de promoção de saúde, de saneamento e de habitação;
- Educação: ações de promoção da educação, da cultura e do lazer e esporte;
- Assistência Social e Direitos da Cidadania: ações de promoção de direitos, proteção e assistência social.

Sua metodologia¹ diferencia a natureza das ações que compõem a apuração, destacando aquelas dedicadas à atenção direta de crianças e adolescentes (OCA Exclusivo) daquelas que melhoram as condições das famílias (OCA Não Exclusivo). Estas despesas não exclusivas não são computadas integralmente, mas consideram a participação das crianças e dos adolescentes na população.

Foram utilizados dados dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREOs), Leis Orçamentárias Anuais (LOAs), Prestação de Contas e os dados sociais do Instituto de Segurança Pública (ISP) e IBGE. Os dados encontram-se deflacionados pelo IPCA de março de 2021.

Orçamento Carioca

As despesas com o OCA no MRJ, de 2010 a 2020, representaram em média 25% do total do orçamento. No ano de 2019, a dotação inicial foi de R\$ 6,88 bilhões; com as alterações que as dotações sofrem durante o ano, o valor passou para R\$ 7,41 bilhões. Desse total, R\$ 7,03 bilhões foram liquidados, representando o maior percentual liquidado quando comparado à dotação inicial.

Em 2016 foi executado o maior valor, de R\$ 7,65 bilhões, 92% do previsto, ainda sem cumprir com a obrigação de utilizar o máximo de recursos disponíveis para garantir o direito das crianças. Os anos seguintes apresentaram queda linear, atingindo R\$ 6,61 bilhões em 2020. Notoriamente, as quantias destinadas às ações de governo em benefício dos menores contraíram juntamente com o orçamento geral. Já em 2021, no primeiro bimestre, o OCA representou 27% das despesas gerais. A previsão é que, até o fim do ano, R\$ 6,43 bilhões sejam destinados ao OCA municipal.

Em relação à participação das áreas de atuação, como pode ser observado no gráfico 1, a Educação é a que possui maior peso. Tal fato acontece porque grande parte de suas despesas são consideradas exclusivas, ou seja, atendem majoritariamente crianças e adolescentes. Ademais, é competência do Município o oferecimento da educação fundamental e infantil. Já para Saúde, o peso médio foi de 23,3% e para Assistência Social foi de 3,5%. Vale ressaltar que para essas últimas, aplica-se a metodologia OCA para estipular o percentual das despesas, visto que são dirigidas para a melhoria das condições de vida das famílias no geral.

Na Assistência Social, fundamental para articular serviços e ações de proteção social às crianças e adolescentes que se encontram com seus direitos violados e/ou ameaçados, os recursos disponíveis não foram utilizados ao máximo, exceto em 2015 e 2019. Nos anos analisados, deixou-se de liquidar, em média, 11% do destinado a essa área. Tal fato atesta negligência em rela-

ção à defesa e à garantia dos direitos da população infantojuvenil.

Orçamento Fluminense

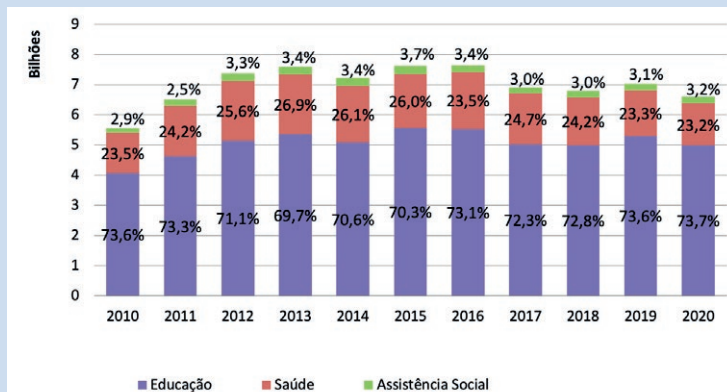
Já no âmbito estadual, o gasto médio com o OCA no mesmo período (2010-2020) foi de R\$ 7,6 bilhões, o equivalente a 9,3% do orçamento médio total do ERJ (R\$ 81,8 bilhões). O gráfico 2 apresenta de forma detalhada as oscilações do peso do OCA no orçamento fluminense. O maior patamar pôde ser observado no exercício de 2012. No mesmo ano, R\$ 11,2 bilhões foram liquidados em ações com o objetivo de atender, de maneira direta ou indireta, crianças e adolescentes.

Contudo, os exercícios seguintes foram marcados pela queda da despesa em termos reais. Os dois últimos anos da série registraram os menores valores liquidados, atingindo em 2019 a marca de R\$ 6,1 bilhões e R\$ 5,7 bilhões em 2020. As oscilações acompanharam as alterações do orçamento geral do Estado, podendo ser em parte atribuídas à queda na arrecadação estatal.

Até o primeiro bimestre de 2021, as despesas totais foram de R\$ 8 bilhões, enquanto as despesas do OCA representaram R\$ 554,3 milhões. A previsão é que as despesas estaduais cheguem ao patamar de R\$ 84,7 bilhões, e o OCA, R\$ 6,7 bilhões.

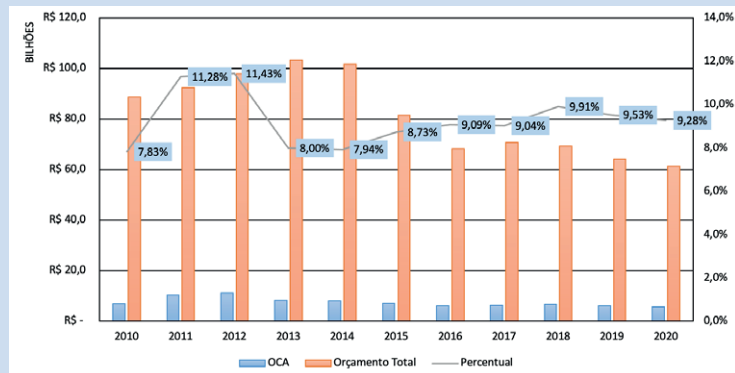
Os baixos percentuais liquidados com ações que contemplam crianças e adolescentes em relação ao orçamento geral e a falta de transparência são entraves para a efetivação de políticas públicas voltadas para este público. Nesse sentido, a Lei 8.727/2020², regulamentada em março de 2021³, representa importante vitória do Legislativo e

Gráfico 1 – Peso das áreas de atuação do OCA (2010-2020)



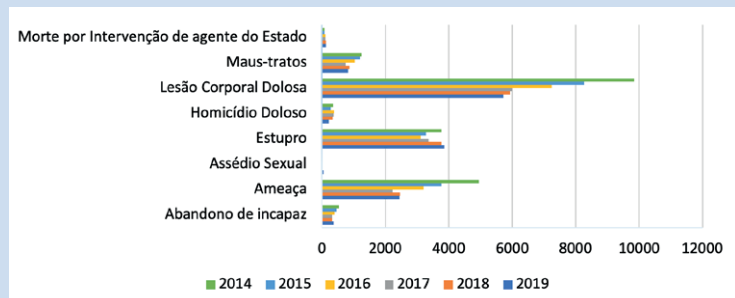
Fonte: Prestação de Contas e RREO. Acesso em 26 de abril de 2021.

Gráfico 2 – Peso do OCA no orçamento do ERJ (2010 - 2020)



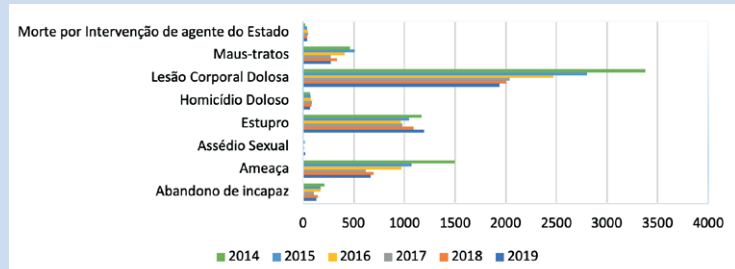
Fonte: RREO. Acesso em: 28 de abril de 2021.

Gráfico 3 - Total de vítimas de 0 a 17 anos por tipo de crime - ERJ (2014 - 2019)



Fonte: ISP. Acesso em 10 de maio de 2021.

Gráfico 4 - Total de vítimas de 0 a 17 anos por tipo de crime - MRJ (2014 - 2019)



Fonte: ISP. Acesso em 10 de maio de 2021.

grande avanço para a implementação do OCA fluminense. Agora, o Executivo deve publicar o orçamento específico para tais políticas.

No tocante às esferas de atuação, destaca-se a Assistência Social, marcada por uma trajetória de queda linear desde 2015. Seu maior patamar foi em 2014, com R\$ 328

milhões. Em 2019, a área obteve apenas R\$ 38,8 milhões liquidados. Um pequeno acréscimo pôde ser observado em 2020, com um aumento da despesa para R\$ 67,7 milhões. Entretanto, esta representou apenas 67,3% do montante inicialmente previsto e menos da metade da dotação atualizada.

Discrepâncias entre previsões e valores liquidados em diversas subfunções são observadas e elucidam questões cada vez mais relegadas dentro da área. Subfunções como as de Alimentação e Nutrição, Assistência Comunitária e até mesmo a exclusiva Assistência à Criança e ao Adolescente sofreram quedas severas, especificamente entre 2016 e 2019.

A violência infantojuvenil no ERJ e no MRJ

Em análise dos dados do Instituto de Segurança Pública do ERJ, observamos os aspectos quantitativos de alguns crimes entre os anos de 2014 e 2019 para grupos vulneráveis entre 0 e 17 anos. Estes foram selecionados visando ao melhor aproveitamento dos dados orçamentários.

No panorama geral, tanto no Estado quanto no Município, houve queda significativa entre o primeiro e o último ano da série histórica, com exceção dos crimes de morte por intervenção de agente do Estado, assédio sexual e estupro, sendo o primeiro o único a não apresentar alguma queda nos 6 anos de análise.

Trabalhando com a ideia de interseccionalidade⁴, além da vulnerabilidade presente pela própria faixa etária, é possível destacar algumas tendências dos crimes. Por exemplo, das 121 vítimas de morte por intervenção de agente do Estado no ano de 2019, 99,2% eram meninos e 81% eram pretos ou pardas. A capital é responsável por 30,58% desses casos e, com exceção do ano de 2017, todas as vítimas eram meninos. Analisando a variável racial, a média para a capital é de 82,2% de pretos e pardos. Para metade dos anos analisados, o crime de assédio sexual teve como vítimas apenas meninas (2014, 2016 e 2017), e é o único segmento onde a taxa de crianças brancas

excede a de pretas e pardas. As variáveis gênero e raça também têm impacto expressivo nas vítimas de estupro: em média, em 83,4% dos casos entre Município e Estado as vítimas são meninas, em sua maioria pardas e pretas.

O crime de lesão corporal apresentou redução de mais de 40% nas esferas estadual e municipal, 41,9% e 42,69%, respectivamente. A Lei 13.010, conhecida como “Lei da Palmada”, em vigor desde junho de 2014, é um dos possíveis motivos dessa diminuição de casos.

Como foi destacado, a Educação é a que recebe mais recursos do OCA. No entanto, no que se refere a políticas de prevenção à violência desse grupo, a área não apresentou nenhuma ação. Além disso, a Assistência Social, única que apresenta ações de proteção, assistência e acolhimento, representa a menor parte do liquidado do orçamento tanto do Município quanto do Estado.

Vale ressaltar que aproximadamente 40% das ações estaduais não obteve valor liquidado; nota-se ainda a discrepância entre dotado e liquidado. Exemplo disso é a ação de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, que em 2020 recebeu apenas 18,92% do dotado.

Apesar da diminuição dos números acerca da violência infantojuvenil e da contração do orçamento, o ERJ ainda é a segunda unidade da federação com maior incidência de casos em todas as faixas etárias analisadas pelo Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. De acordo com o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, proporcionalmente o Rio de Janeiro é o Estado que mais registrou denúncias contra crianças e adolescentes no ano de 2020.

O primeiro trimestre de 2021 foi marcado pela ascensão da temática, com a repercussão do assassinato

de Henry Borel, de 4 anos. O menino foi vítima de agressões do padrasto, o vereador Dr. Jairinho. O caso chocou a sociedade pelos requintes de crueldade usados contra a criança; no entanto, as estatísticas mostram que esse não é um caso isolado. Outro episódio que merece destaque ocorreu no final do ano de 2020 e não ganhou tanto espaço na mídia e resposta das autoridades: o desaparecimento de três meninos, Alexandre, Fernando Henrique e Lucas Matheus, em Belford Roxo. O crime permanece sem solução. Diferen-

te do primeiro caso, as vítimas eram crianças negras e pobres, expondo que a interseccionalidade difere não apenas na vulnerabilização da vítima, mas na justiça de seu caso.

Considerações Finais

Dessa forma, consideramos que, a fim de ampliar a rede de proteção às crianças e aos adolescentes e garantir seus direitos, é indispensável a formalização do OCA e sua realização por essas esferas. O fortalecimento orçamentário e o melhor aproveitamento

dos recursos destinados a campanhas de prevenção e denúncia devem ser priorizados com o objetivo de garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes em detrimento de operações policiais⁵.

Casos como o do menino Henry Borel, o desaparecimento dos meninos em Belford Roxo (Fernando Henrique, Alexandre e Lucas Matheus) e o assassinato de adolescentes na operação do Jacarezinho demonstram a urgência de tornar o orçamento público um instrumento de proteção social eficaz.

1 Fundação Abrinq, Inesc e Unicef.

2 Criada pelas deputadas Rosane Felix, Tia Ju e Martha Rocha.

3 Decreto Nº 47.501.

4 “A interseccionalidade é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

5 <https://oglobo.globo.com/rio/justificativa-da-pela-policia-para-operacao-no-jacarezinho-aliciamento-de-menores-pelo-traffic-nao-cita-do-em-relatorio-da-investigacao-1-25012063>

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121). Para mais informações acesse www.corecon-rj.org.br/fpo-rj e www.facebook.com/FPO.Corecon.Rj. Coordenação: Bruno Lins, Camila Bockhorny, Luiz Mario Behnken e Thiago Marques. Assistentes: Carina Oliveira, Letícia Lessa e Marília Santana. Colaboração: Ana Krishna Peixoto (Assessora da Deputada Rosane Felix) e Laura Muniz (Assessora de Orçamento da Prefeitura de Magé)

Corecon-RJ e Ibeb organizam seminários “O Brasil de nosso tempo”



O Corecon-RJ e o Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (Ibeb) promovem o ciclo de seminários “O Brasil de nosso tempo – desenvolvimento, cultura e projeto nacional”, que trata de grandes temas contemporâneos nacionais e reúne expoentes do pensamento social brasileiro. Os encontros quinzenais são virtuais, sempre às 14h30, e podem ser assistidos gratuitamente em: <https://www.youtube.com/c/IbebBrasil/live>.

O seminário de abertura, com o tema “Sociedade e a cultura no Brasil contemporâneo”, aconteceu em 13 de maio e contou com a exposição de João Manuel Cardoso de Mello. O segundo encontro, em 27 de maio, teve como tema “Projeto nacional e a cons-

trução do Brasil” e reuniu o expositor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e o comentarista Saturnino Braga.

Em 10 de junho, o expositor Gaudêncio Frigoto e o comentarista Lincoln Pena abordarão o tema “Educação e o projeto nacional entre Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro”. A expositora Sulamis Dain e o comentarista José Gomes Temporão debaterão em 24 de junho o tema “Saúde e a modernização do Brasil”.

Os seminários têm como objetivo a expansão da consciência pública de defesa do desenvolvimento soberano e democrático do país nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais.

O ciclo encerra-se com uma atividade em homenagem a Ulysses Guimarães, na semana de comemorações do aniversário da Constituição de 1988. O tema dos encontros de 5 a 8 de outubro será “Vida política e democracia para o desenvolvimento nacional”.

Veja o link para a programação completa do ciclo de seminários: www.ibepbrasil.org/ciclo-de-seminarios-o-brasil-de-nosso-tempo/

Curso online de Perícia Judicial Econômica começa em junho

O Corecon-RJ abriu inscrições para o tradicional curso de Perícia Judicial Econômica, que será realizado pela primeira vez em formato online. O curso é direcionado exclusivamente a economistas e bacharéis em Economia com conhecimento de matemática financeira e Excel e apresentará os conceitos jurídicos, legais, econômicos, contábeis e matemáticos aplicados às perícias.

As aulas regulares iniciam-se em 17 de junho e estendem-se até 21 de outubro, compondo uma carga horária de 69 horas. O curso contará com aulas online ao vivo, que ficarão disponíveis aos alunos por 15 dias. As aulas serão às quintas-feiras e últimas terças-feiras do mês, no horário de 19h a 22h.

Para outras informações e inscrição, acesse www.corecon-rj.org.br/pericia. A turma terá no máximo 25 alunos e, portanto, as inscrições são limitadas.

Em 8 de junho, acontece uma aula inaugural aberta com uma hora de duração. Para ter acesso gratuitamente, o interessado deve preencher o formulário em <https://lnkd.in/gDMjYG4>.